

H I S T Ó R I A

& U T O P I A S



ORGANIZAÇÃO
Ilana Blaj
John M. Monteiro

A N P U H

Associação Nacional de História

HISTÓRIA & UTOPIAS

*Textos apresentados no XVII Simpósio
Nacional de História*

Organização
John Manuel Monteiro
Ilana Blaj

A N P U H

Associação Nacional de História

1996

O BRASIL COMO UTOPIA

Afonso Carlos Marques dos Santos
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Há exatamente vinte anos, quando concluí o curso de graduação em História, certamente seria muito mais fácil abordar o tema ora proposto ou, pelo menos, responder à pergunta de qual seria a nossa utopia para o Brasil. Hoje, contudo, não se trata apenas de saber qual é a utopia, mas de perguntar se o Brasil, ele mesmo, não se constitui numa utopia de várias gerações que viveram o país como um ideal ou como um drama.

Há vinte anos sabíamos apontar para o lugar dos nossos males: a ausência de liberdade política, a violência de uma ditadura que impedira as reformas de base e era responsável pela entrega de nossa economia ao capital estrangeiro, oferecendo aos novos investidores a garantia da passividade dos trabalhadores nacionais contidos pela força das armas. O futuro que desejávamos ficava num país onde, reconquistada a liberdade, caminharíamos no sentido da construção de uma sociedade mais justa e mais igualitária. Tínhamos modelos divergentes, mas muitas vezes estivemos juntos na tessitura do sonho comum. Conhecíamos o inimigo, que criava sucessivos obstáculos, afastara nossos verdadeiros mestres, roubava a alegria da nossa juventude, enchia nossas famílias de medo e insegurança e tentava quebrar nossas esperanças, o que não conseguia. E como fomos fortes! Sabíamos que as idéias não morriam, mesmo quando tombavam os seus autores. Confiávamos no triunfo de uma verdade assentada na justiça e na igualdade. Éramos herdeiros de uma fé na transformação social porque acreditávamos no salto dialético da inevitável Revolução.

Desculpem se parto de uma experiência que pode parecer pessoal; faço-o, entretanto, no mesmo sentido que Antônio Cândido encontrou, certa vez, para falar de sua geração, ao afirmar:

A certa altura da vida, vai ficando possível dar balanço no passado sem cair em auto-complacência, porque o nosso

testemunho se torna registro da experiência de muitos, de todos que, pertencendo ao que se chama geração, julgam-se a princípio diferentes uns dos outros, mas vão aos poucos ficando tão iguais, que acabam desaparecendo como indivíduos para se dissolverem nas características gerais da sua época. Então, registrar o passado não é falar de si; é falar dos que participaram de uma certa ordem de interesses e de visão de mundo, no momento particular do tempo que se deseja evocar.¹

Muitas têm sido as mudanças neste último quartel do século e muitas foram as certezas abaladas pela derrota de alguns dos nossos modelos, assim como foram abaladas as referências clássicas da objetividade histórica. Hoje, todavia, mais do que nunca, assume sentido a afirmação de Walter Benjamin, quando considerava que:

A História é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de “agoras”.²

Um presente repleto de perplexidades se coloca hoje como objeto de investigação através do olhar do historiador. A história da história se apresenta como possibilidade de um exercício crítico que permite avançar, do ponto de vista epistemológico, a própria área de conhecimento. Os estudos de historiografia começam a tomar corpo e não apenas para realizar inventários, numa visão cumulativa da produção do conhecimento, mas para proceder a revisões e avaliações críticas que permitam propor rompimentos. Contudo, permanece uma pergunta no ar: o que continua a nos mover quando, no Brasil dos nossos dias, continuamos a estudar História e principalmente quando continuamos a ter o Brasil como objeto de estudo?

Tomar o tema do Brasil como utopia poderia nos levar a vários caminhos. Do ponto de vista *historiográfico* poderíamos trabalhar com a História que buscou a construção de uma nação, no processo de elaboração do próprio passado nacional, ou melhor, no processo de invenção de um passado nacional que desse base ideológica à construção da própria nacionalidade. Do ponto de vista *político* poderíamos elencar os ideólogos que, nos momentos mais diversos, operaram a construção, no plano imaginário, de uma identidade nacional. Num caso e noutro esbarraríamos com a própria questão nacional, tantas vezes escamoteada nos nossos debates.

1 Prefácio à 5ª edição de *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, Rio de Janeiro, 1969.

2 Walter Benjamin, “Sobre o Conceito de História”, *Obras Escolhidas*, vol. 1, São Paulo, 1985, p. 229.

No caminho do exercício crítico a historiografia brasileira tem apontado para as *ficções da invenção do Brasil* em momentos diversos: na conjuntura de afirmação da autonomia política, com a elaboração de uma “biografia da nação”, para usar a expressão de Antonio Gramsci; na idealização da nação dos republicanos; na revisão modernista do Brasil; na reconstrução autoritária do Estado Novo; na tentativa de construção de uma ideologia nacional adequada aos propósitos de conquista da autonomia econômica; no modelo armado pelo Estado autoritário, na ditadura militar, também assentado na ideologia do desenvolvimento.³

Porém, se o recorte nacional no pensamento produzido no Brasil é periodicamente reexaminado nesses balanços críticos, o mesmo não acontece com outra dimensão das implicações do recorte nacional. A categoria nação e a identificação Brasil não têm apenas uma dimensão empírica, mas se constituem, também, numa demarcação epistêmica. De construção, de caráter ideológico, a idéia de nação passa a se constituir em matriz, demarcando as formas de pensamento e definindo o objeto da História e a forma de abordagem. Nesta direção os historiadores são aprisionados pela ideologia. A construção geopolítica do século XIX é tomada não como *problema*, mas como dado. Neste sentido o imaginário dos fundadores do Estado — o projeto de nação imaginado — é tomado como uma espécie de “ilusão convincente”. Prisioneiro de uma retórica de imagens herdadas do pensamento do século XIX, o historiador não questiona a existência do próprio objeto e se rende ao dado, que se impõe pela monotonia e pela monologia desta retórica de imagens. Como o prisioneiro da caverna de Platão,⁴ o historiador enquanto não faz a inversão do olhar, só conhece o que lhe é oferecido pelo *teatro da ilusão*. Estas considerações faço-as inspirado no texto de José Américo Pessanha “História e Ficção: entre o sono e a vigília”.⁵

Contudo, para que o historiador realize a conversão do olhar é necessário rever o estatuto dos próprios objetos com os quais opera, perder a ingenuidade no uso das categorias, tornar-se freqüentemente filólogo em busca da historicidade e da trajetória das palavras com as quais opera. Eis aí um dos grandes problemas do trato da História num país onde a atividade intelectual recusa-se freqüentemente a adotar parâmetros e critérios universais.

3 Abordamos a questão no artigo “A Invenção do Brasil: um problema nacional?” *Revista de História*, 118, São Paulo, 1985, pp. 3-12. Veja-se também a coletânea sobre “Memória e História” que organizamos para a *Revista Tempo Brasileiro*, 87, Rio de Janeiro, 1986.

4 Platão, *República*, livro VII, 514a.

5 Dirce Cortes Riedel, org., *Narrativa: ficção e história*, Rio de Janeiro, 1988, pp. 282-301.

Entre nós o debate teórico é frágil ou praticamente inexistente. Teme-se o debate, rejeita-se o debate, com receio de que a polêmica intelectual ultrapasse os limites da discussão acadêmica para se transformar em “questão pessoal” ou “briga de poder” no micro-universo dos departamentos e instituições de pesquisa. Se não há debate, de idéias e concepções, o que predomina nas nossas universidades e assume, por vezes, dimensões hegemônicas é o saber burocratizado. Não me refiro aqui à burocracia, ela mesma, enquanto função administrativa. Refiro-me ao saber bem comportado, conformado, que não deseja a controvérsia racional — que procura obstruir o debate em nome do pragmatismo e da repetição das velhas fórmulas — porque teme a adoção de padrões universais de julgamento e aferição. O saber burocratizado é inimigo do exercício crítico — o que é mortal numa área de conhecimento onde a crítica é a base fundamental para a própria construção do conhecimento.

Por outro lado, o saber burocratizado encontra amplo terreno para se desenvolver num mundo intelectual avesso aos princípios laicos da República. Onde a atitude estamental continua a permear mais as práticas do que os discursos. Clientelismo, patrimonialismo, confusão entre as instâncias pública e privada, são presenças recorrentes não apenas no Brasil oficial dos políticos de profissão, representantes de oligarquias e grupos de interesse, mas também se fazem notar nas instituições que têm a responsabilidade pública de produzir o saber. E neste sentido, os anos da ditadura nos fizeram muito mal, porque reforçaram as práticas arcaicas do clientelismo, permitindo a reprodução do mesmo em espaços sob o controle da mediocridade.

Reunimo-nos, neste Simpósio, para pensar as *utopias na História* num tempo onde é comum afirmar que não há mais utopias, que as utopias morreram como a própria História. Como se fosse possível interromper o desejo, imaginando que o homem contemporâneo teria perdido o sentido da história, do movimento, entregue à reprodução da própria vida. Conformado, este homem contemporâneo não teria mais ideais, porque mortas estariam também todas as ideologias.

No quadro de um ceticismo reinante, muito próximo do cinismo, ousou trazer para o nosso debate uma expressão, hoje quase em desuso, para tentar formular algumas observações em torno da realidade contemporânea do país onde vivemos. Esta palavra chama-se alienação. E a primeira pergunta é exatamente: porque estamos mergulhados em tanta alienação?

Lembro-me de uma conversação de Goethe com Eckermann recuperada por Ernest Cassirer no seu *Ensaio sobre o Homem* (ou *Antropologia Filosófica*), quando Goethe se queixava de que havia poucos homens que possuam “imaginação para a verdade da realidade”. A maioria, observava Goethe, “prefere países e circunstâncias estranhas, a cujo respeito nada sabe e por cujo intermédio sua imaginação possa ser cultivada, por estranho que pareça. Em

seguida, vêm os que se aferram inteiramente à realidade e, como carecem de espírito poético, são demasiado severos em suas exigências”.⁶

Não estaríamos vivendo um quadro de situação particular entre a atitude de ausência de “imaginação para a verdade da realidade”, como observava Goethe, em 1825, e a ausência de “espírito poético”? São muitos, ainda, os que permanecem presos a uma apreensão empírica do real orientada por formulações cristalizadas em velhos conceitos e esquemas de interpretação, prisioneiros de um discurso sobre a totalidade que, por temer a fragmentação, acaba se prendendo a uma visão da História que fracassou por ser totalitária (e não por ser totalizante) e que, por essa mesma razão, tornou-se inapta para o diálogo e a argumentação.

Como observou o professor e filósofo José Américo Mota Pessanha: “o historiador como os demais cientistas do social e do humano é um argumentador, sua razão é dialógica”. Inspirado em Chaim Perelman, José Américo, cujo desaparecimento nos tornou mais pobres do ponto de vista intelectual, lembrava que não se trata de substituir o velho ideal de objetividade pelo reino do arbítrio, mas de fundamentar dialogicamente a arbitragem.

A questão nacional, que enunciamos anteriormente, pode servir para pensar sobre este tema. Aqueles que se deixaram aprisionar pelo mito totalitário de um sentido único na história, também escamotearam a questão da nação inúmeras vezes. Acreditaram que o Estado, fruto da Revolução, teria acabado com as contradições do problema nacional reduzido a um dado sob controle absoluto. Hoje verificamos que este controle só se deu sob a força das armas, calando sentimentos e reprimindo identidades culturais divergentes e particulares.

No nosso continente também ocorreu, inúmeras vezes, um curioso casamento do ideal nacional com o socialismo. Simbiose que sempre apresentou uma contradição básica entre a formulação burguesa da nação e o ideal de uma sociedade humana sem fronteiras.

A verdade é que a questão nacional ressurgiu nos nossos dias sob o signo da barbárie. Ressurgiu com toda a carga negativa do século XIX e com todos os seus fantasmas: a intolerância, a xenofobia, o racismo — matéria prima ideal do fascismo, que aí encontra alimento.

Esse ressurgimento da temática pela sua face mais apavorante — a busca da identidade para afirmar / reafirmar a diferença — também está crescendo entre nós. Não me refiro aos ridículos separatismos neo-nazistas que têm ressurgido no sul do Brasil e que refletem não a afirmação de uma identidade regional, mas a tentativa de construí-la na afirmação do preconceito, do desprezo pelo outro e da ausência de solidariedade.

6 Ernest Cassirer, *Antropologia Filosófica*, 2ª ed., São Paulo, 1977, p. 320.

Refiro-me a algo mais profundo e que está assentado sobre o grau terrível de desigualdade social que conseguimos atingir no nosso país. Não é preciso buscar o problema nas diferenças culturais entre regiões. O fosso está aberto no interior mesmo das nossas cidades onde verdadeiras nações antagonicas se confrontam. Deveríamos nos perguntar se no “mundo da favela”, encontrado nas nossas grandes cidades, não há uma nação ou nações postas em antagonismo com o mundo do asfalto. Tema já observado pela poesia de Chico Buarque de Holanda, num samba que, referindo-se às favelas do Rio, indica “em cada ribanceira uma nação”. O distanciamento entre o universo da pobreza e o universo da riqueza atingiu proporções apavorantes e já definiu a clivagem. Neste sentido, podemos afirmar que a desigualdade social entre nós chegou a tal ponto que é possível, ainda hoje, cento e setenta e um anos após a institucionalização do Estado autônomo no Brasil duvidar que sejamos de fato uma nação.⁷

Foram muitos os que, antes de nós, tentaram plasmar um país civilizado. Foram muitos os Brasis sonhados na política, na ciência, na literatura e nas artes. Foram muitas as tentativas e são muitas as frustrações.

Gostaria de retomar aqui a palavra alienação; não para identificar apenas a ausência de consciência política, mas para estranhar a indiferença, o silêncio e a falta de indignação — acompanhados pelo conformismo e a ausência de compromissos. Permanece impressionante o grau de alienação face ao país real. Frequentemente tenho a sensação de que as nossas universidades não se vêem como resultado da sociedade real que temos — parecem pertencer a um outro país, a olhar de fora para as mazelas brasileiras.

Ao mesmo tempo e de maneira positiva, surge, por toda parte, uma certa rejeição ao país oficial, ao país do faz de conta e às instituições que não correspondem ao Brasil real. A desimportância de Brasília talvez seja um dos melhores indicadores desta rejeição. A cabeça administrativa do país não conseguindo movimentar o corpo que caminha em outras direções.

Enquanto isso nossas elites, se é que as há de fato, revelam um enorme descolamento, no plano imaginário, em relação ao seu próprio país, como se estivessem sempre ausentes da cena onde se desenrola o drama Brasil. Para elas, o analfabetismo e a miséria parecem ser problemas de um outro país. Não

7 Esta Conferência foi proferida em 1993, um ano antes das Forças Armadas Brasileiras terem sido impelidas a invadir áreas de residência civil, porém faveladas, em nome da repressão ao tráfico de drogas — fenômeno que não tem a sua origem em cidades como o Rio de Janeiro e que se origina das fronteiras, onde a Polícia Federal e as Forças Armadas encontram enormes limites para atuação. Por outro lado, é também espantoso que um país que não conseguiu integrar uma parte considerável da sua população à cidadania passe a tratá-la como inimigo, em território ocupado, e isso sob o aplauso de grande parte dos nossos “cientistas sociais”.

desse real onde vivemos. Mesmo entre nós, quantas vezes o senso comum não faz com que universitários vejam a realidade pela superfície e não nas raízes das questões, como é o caso do tema terrível da “segurança”, uma das piores heranças da ditadura? Os discursos e as ações que vão sendo construídos para “livrar” o país do chamado “quadro de insegurança”, vão se constituindo em estratégias de confinamento e de reforço à exclusão dos mais pobres e de uma parte da população que, posta à margem da cidadania, vai sendo considerada dispensável e, portanto, passível de eliminação.

* * *

Aproveito este momento da nossa reflexão, no espaço que me foi aberto neste Simpósio, para ousar falar como nos “velhos tempos”, quando não nos faltava ousadia nem capacidade de indignação. É neste sentido que gostaria de reafirmar, com os colegas de ofício, que é necessário retornar aos bons combates — sem medo de assumir idéias e ideais na nossa prática de historiadores e professores de História — tentando contribuir para romper com a alienação e o cinismo. É preciso que mantenhamos viva, na nossa consciência e no nosso desejo, a utopia de um amanhã mais justo, numa sociedade melhor. A nossa arma é o próprio pensamento e o exercício crítico do nosso ofício, tanto na pesquisa como no ensino. Mas nosso lugar de combate não se limita apenas ao espaço universitário, inserindo-se também nas lutas mais amplas da educação, notadamente nos nossos velhos compromissos com a Escola Pública e com o ensino público — alavancas da construção de uma nova civilidade.

É nessa direção que a nossa Associação, a ANPUH, mantém e renova em cada evento, em cada Simpósio, a sua tradição de luta na defesa do ensino público, revelada também na preocupação, de vários de nossos companheiros, de discutir o ensino da História. Esta vertente de interesse da ANPUH, não significa nem significou o descuido para com as investigações de ponta; muito pelo contrário, a ANPUH passou a liderar a reflexão sobre os caminhos da pós-graduação, no Brasil, no campo da História. Nesta linha a ANPUH tem se voltado para o mapeamento da pesquisa histórica em todo o território deste imenso, fragmentado e tão diversificado país. Com isso verificamos que são muitas as responsabilidades que devemos assumir coletivamente, em cada um dos nossos núcleos e em cada uma das nossas unidades de trabalho.

Afinal o que somos, senão sobreviventes de um tempo em que se acreditava em estar juntos, em fazer juntos, em lutar juntos? É essa própria percepção do coletivo que nos anima e movimenta e que nos une, brasileiros tão diferentes, vindos de realidades tão distintas para este Simpósio Nacional de História. O próprio programa do XVII Simpósio é um indicador de vitalidade e de

renovação, apesar do quadro de dificuldades do país. E, neste contexto, também podemos afirmar que o perfil de alto nível acadêmico do Simpósio reflete o pulsar dos nossos cursos de pós-graduação — em franca expansão na área da História.

Assim, honrados pela oportunidade que os companheiros nos proporcionaram, desejamos aproveitar esta abertura para reafirmar a ANPUH e os seus espaços (Encontros Regionais, Simpósios Nacionais, a Revista Brasileira de História e o Fórum dos Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação) como lugares para o exercício da crítica e da imaginação produtiva, numa perspectiva de liberdade e de respeito recíproco.

A História, pelos seus vínculos inarredáveis com o passado, foi e continua sendo, nas cidadelas do saber burocratizado, campo fértil para o reacionarismo, a pieguice e a necrofilia, em formas mórbidas de apreensão e tratamento do passado. Apreendida através destas formas, a História acaba sendo confundida com a memória do exercício do poder e sendo identificada aos marcos da dominação e aos seus valores. Como exercício racional, contudo, mas sem abrir mão do poético, a História continua sendo o lugar da crítica e, por esta razão, o lugar por excelência da dessacralização do passado, como nos tem apontado Pierre Nora em *Les Lieux de Mémoire* e Eric Hobsbawm em *The Invention of Tradition*.⁸

Nesta conjuntura, de tantas perplexidades, ousou encerrar sugerindo a retomada, também para nós historiadores, do *Brasil como utopia*, não para afirmar uma nacionalidade abstrata e anacrônica, mas para recuperar o Brasil: múltiplo, generoso e plural — como instrumento e base para a construção da nossa própria humanidade e da nossa inserção num mundo mais fraterno, mais igualitário, mais livre e, portanto, mais humano.

Conferência Inaugural do XVII Simpósio Nacional de História, proferida no dia 19/7/1993.

8 Refiro-me, em especial, ao texto de Pierre Nora “Entre Mémoire et Histoire: la problématique des lieux”, que abre o primeiro volume (*La République*) da notável obra coletiva, por ele dirigida (e concebida) sob a denominação de *Les Lieux de Mémoire*, publicada pelas edições Gallimard, de Paris, desde 1984, e concluída, num total de 7 volumes em dezembro de 1992. Também faço menção a obra organizada por Eric Hobsbawm e Terence Ranger, publicada em português com o título de *A Invenção das Tradições*, Rio de Janeiro, 1984.